

O inumano faz parte do humano

Heitor O'Dwyer de Macedo

Resenha de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, 405 p.

178

PERCURSO 52 : junho de 2014

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes não acolhe o azedo da existência. O tempo não apodrece o fruto, apenas transforma a matéria, a amadurece. Íntima de Freud, ela sabe o caroço trágico da vida, a amargura é distração de agonizantes. Ensina (ou relembra):

- ✦ As cicatrizes do terror são inapelavelmente inesquecíveis e a liberação, como para Frei Tito, vem apenas com a morte.
- ✦ O pensamento deve ter músculos, feitos de coragem, de força e precisão. E delicadeza, para tratar de intimidades destroçadas.
- ✦ A loucura é coisa séria e leve. Ode ao precário, após o desmaio dos sonhos. Somos todos assassinados, filhos de Abel.

O livro de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes é um corpo. De pé. Livro pré-histórico, traços de gente, de memórias, de suspiros, de uivos. Robustamente estraçalha nostalgias, faz explodir os diques que isolam o trauma enterado na tocaia: expulso das furnas, ofuscado por esta visita necessária, nele percorro a paisagem de meus medos empoeirados, impecavelmente idênticos e cortantes. Relembro: durante quatro anos a tortura foi nosso horizonte cotidiano.

Terror de ser preso, e prisão era a palavra caixote de todos os horrores. O que não me impediu de dar acolhida durante meses à Sylvia de Montarroyos, a Tatiana, fugida para o Rio, após meses de tortura em Recife, ou a Eder Sader, vindo de São Paulo¹. Mas o pânico era permanente. Quando cheguei à Europa, construí uma fabulação – alinhavos de uma alucinação de bolso, tentativa miserável de enjaular o sebo dos segredos dos pavores. Abandonar este recurso foi avassalador, vergonhas na alfândega da loucura. Pudores juvenis frente ao terror implacável de um Super-Ego na força da juventude? Indubitavelmente éramos todos meninos; a Revolução Francesa foi comandada por pirralhos, Maio de 68 também.

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes ensina (ou relembra):

- ✦ O trauma é um acontecimento psíquico heterogêneo ao psíquico, que infecta o mundo interno do sujeito. O tempo não ferra sua massa, estamos longe da geografia do recalque, inútil a prece ao esquecimento. O trauma se trabalha nas bordas, vivificar os desertos que o circundam, permitir a convivência com este oco na alma, forjar na cólera as ferramentas da afirmação, a indignada afirmação, e aquelas da acolhida constante do efêmero, do instante, e as da alegria inconsútil dos encontros. Pensar o impensável, alargar o campo do possível, pacientemente, sem

1 Sobre Sylvia de Montarroyos, *Les Temps Modernes*, a revista dirigida por Jean Paul Sartre, publicou um longo artigo denunciando as atrocidades à qual foi submetida pelo Coronel Ibiapina. Márcio Moreira Alves faz de sua prisão um relato corajoso em *Torturas e torturados*, acessível por internet: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_torturas_e_torturados.pdf>

Sylvia acaba de publicar *Réquiem por Tatiana*, Editora CEPE, 2013. Eder Simão Sader, sociólogo, foi um dos fundadores de *Política Operária* (POLOP); militante do MIR chileno, se refugia na França sob Pinochet; tem uma participação ativa na criação do PT.

Heitor O'Dwyer de Macedo é psicanalista, autor de *Le Psychanalyste sous la terreur* (Paris, Matrice Ricinante, 1988), *Anna K., a conjugação do corpo, história de uma análise* (São Paulo, Via Lettera, 1986), *Do Amor ao pensamento* (São Paulo, Via Lettera, 1999), *Cartas a um jovem psicanalista* (São Paulo, Perspectiva, 2012) e *Os Ensinos da loucura, clínica de Dostoiévski* (São Paulo, Perspectiva, 2014), dentre outras publicações. Há cinco anos dirige seminário sobre a *clínica psicanalítica do trauma*.

tréguas nem pressas, com fôlego e gesto justos, sempre, enquanto dure a tarefa de viver.

Relembrando: o sentimento de imensa jubilação após as nove horas de *SHOA*, filme de Claude Lamzann sobre os campos de extermínio industrial dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. A obscenidade nomeada, as palavras e nenhuma imagem, o horror não tem imagens. Emoção indelével dos testemunhos, das testemunhas: a vida e a morte entrelaçadas, o vigor desta aliança que faz descarrilar o mortífero na vala pútrida das lástimas e dos sentimentalismos.

O livro de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes vem desta estirpe, Eros e Thanatos dão juntos cambalhotas freudianas. O livro me confronta com meus *embates inconclusos*, faz jorrar do rombo na vida a corja dos temores e tremores, as ânsias e as insônias, as náuseas, o cheiro dos lençóis amedrontados de suor.

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes apresenta, como um teorema, a lenta e precisa organização dos elementos do pesadelo sonhado pelo Estado Terrorista:

- ✦ Dezessete atos institucionais, regulamentados por cento e quatro atos complementares, *deram forma legal ao arbítrio e (tentaram) legalizar o terror*: destruição de livros, a delação legitimada, a pena de morte por fuzilamento instituída, a ocultação de cadáveres, no total entre cento e cinquenta e cento e oitenta brasileiros desaparecidos, os *nomes frios* (falsos) que dificultam o reconhecimento.

- ✦ O presidente norte-americano Lyndon Johnson aprovou, e enviou, o deslocamento do porta-aviões Forrestal, mais seis contratorpedeiros, além de um porta-helicóptero e quatro petroleiros com quinhentos e cinquenta e três barris de combustível.

- ✦ A noção de *inimigo interno* funda a luta fratricida.

- ✦ A violência e a crueldade não foram algo acidental, mas parte constitutiva do programa golpista.

- ✦ O torturador francês durante a guerra da Argélia, Aussaresses, foi enviado por seu governo para ser instrutor da polícia e do exército brasileiros.

- ✦ Palavra de ordem do *Comando de caça aos comunistas: já matou seu comunista hoje?*

- ✦ A tortura foi patrocinada por empresários, que financiaram os equipamentos e que *acompanharam diretamente sessões de tortura*, como “Hennig Boilesen, do grupo Ultragás” (p. 149).

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes lembrará que, em plena ditadura civil-militar, foi instalado o Primeiro Congresso Brasileiro pela Anistia, em novembro de 1978. De uma forma muito delicada, esta menção de resistência introduz os testemunhos pungentes sobre as crueldades sofridas sob tortura.

Os grupos de trabalho do Congresso pela Anistia se reuniram no *Instituto Sedes Sapientiae*, com o apoio de sua diretora, Madre Cristina Sodré Dória. E sua abertura se deu no *TUCA*, Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com a autorização da reitora, a professora Nadir Gouvêa Kfourri. Ou seja: as pessoas que *recusavam a viver com um torturador dentro de si*² encontraram coragem para dizer não.

O mesmo não pode ser dito das associações psicanalíticas. As ditaduras militares instaladas na América Latina nos anos 1960-1970 revelaram que o *establishment* psicanalítico julga a qualidade de um poder segundo o interesse de classe de seus membros. Nenhuma associação psicanalítica se opôs às ditaduras. Bem ao contrário. Quando o saudoso Hélio Pellegrino denunciou publicamente que um psicanalista em formação de sua Sociedade, Amilcar Lobo, trabalhava como médico auxiliar dos torturadores da polícia política, ele foi expulso, por proposição do presidente Leão Cabernite que era, aliás, o psicanalista didata do torturador denunciado por Hélio. Hélio foi excluído por seus colegas, sob o pretexto de que, fazendo esta denúncia, ele sujava a imagem da instituição! (Anedota burlesca: Hélio foi reintegrado na sua sociedade psicanalítica, por julgamento do Supremo

2 Perífrase de um pensamento de Hanna Arendt.

Tribunal Militar, instituição da ditadura, pelo motivo de que nenhuma falta profissional lhe era reconhecida!)

Penso que esta cumplicidade entre certos psicanalistas e os regimes de terror remete a uma certa concepção metapsicológica da cura, segundo a qual nenhum elemento psíquico escapa ao tratamento pela fantasia; ou seja: nesta concepção o real não existe. Esta maneira de conceber o funcionamento do trabalho analítico *reduz* a transferência a uma simples repetição de experiências libidinais da infância. A consequência é que eles transformam, assim, a descoberta freudiana numa banal clínica do conhecimento, na qual os *filósofos* podem ir buscar o seu mel racional.

Mas o escândalo do inconsciente reside no mais além da repetição, do lado da transferência como experiência inédita na vida do sujeito. Esta experiência constituirá o outro como semelhante e acolhedor, e dará à sexualidade o lugar essencial que é o seu na existência. Assim definido, o terreno transferencial pode ser uma ferramenta para colocar o trauma à distância.

Ao recusar o escândalo do inédito, a psicanálise vira, então, uma técnica, a cura uma *lição* sobre os saberes estabelecidos e que concernem um psiquismo autárquico, fechado sobre si mesmo, ou seja, a mônada freudiana: o Édipo, a castração, o recalque. O trabalho destes psicanalistas coincide perfeitamente com a definição dada por Nabokov da psicanálise: um método que consiste na aplicação cotidiana de velhos mitos gregos sobre as partes genitais de um certo número de pessoas. Em outros termos, os psicanalistas se transformam em funcionários de uma tradução simultânea, e a saúde psíquica se resume à adaptação à realidade, cuja definição esposa a ideologia do poder político vigente.

Na América Latina da época, o poder era totalitário e assassino. Este momento terrível nos ensinou uma coisa surpreendente: existem psicanalistas a quem a pesquisa sobre o inconsciente nada modifica na relação que têm com o pensamento, a cultura, a moral ou a verdade. Tendo reduzido a psicanálise a uma técnica

interpretativa, eles se desinteressam de reconhecer o singular, rejeitam a acolhida do desconhecido, do estrangeiro, do não conforme.

Repito: o escândalo do inconsciente reside na sexualidade infantil e no mais-além da repetição; ele se situa do lado da transferência como experiência inédita na vida do sujeito. Para se defender deste escândalo, se pode transformar uma teoria em fetiche, justificando, desta forma, sua impotência psíquica, ou sua fobia, ou sua impostura, infligindo aos pacientes o silêncio de suas inibições, e o pavor diante da vida viva.

Voltemos ao livro de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes. Ela apresenta a genealogia da crueldade. Entre a herança legada pela colonização portuguesa, tortura de índios e escravos, e as práticas medievais, ela se detém no período da ditadura militar. Após nos ter assinalado delicadamente sua própria desventura, ela foi presa com seus dois filhos pequenos na noite em que foi decretado o AI-5, em 13 de dezembro 1968, ela nos acompanha até os umbrais de uma eternidade muda, esmigalhada pela luz dos açougues, repleta da carniça dos corpos sem anestesia e dos gemidos insones de inocências desonradas. A tortura, ela ensina, *faz calar*, enche a alma do silêncio dos vínculos estraçalhados. Orfeus e Eurídice resgatados: Gilse Maria Westin Cosenza, Alípio Raymundo Viana Freire, Rita Maria de Miranda Sipahi, Aldo Silva Arantes e Haroldo Borges Rodriguez Lima. Os nomes na integralidade, figura da integridade cidadã reconquistada, da recusa a que o ódio prevaleça ao amor à vida. Os objetos têm apelidos infantis e são macabros: pau de arara, cadeira do dragão, coroa de Cristo, latinhas e maquininha, torre das donzelas. A matéria desviada de seu uso: o fogo para as queimaduras, a água para o afogamento, a eletricidade para o choque, o metal para as fraturas. Sim, o inumano faz parte do humano³; lembrança apocalíptica de Sylvia de Montarroyos me contando seu desejo de que a noite chegasse trazendo o policial que lhe impedia de dormir, uma lanterna nos olhos: o policial, esta

3 Formulação de Leslie Kaplan, escritora francesa.

presença humana. Sylvinha, a quem tanto devo, e os pacientes que conheceram também este tempo onde o tempo não existe, me fizeram entender: para atravessar a tortura, o sujeito passa a ser locatário do próprio corpo. Para se transformar no super-homem das histórias em quadrinhos da infância, ou na bailarina do *Lago dos Cisnes*, enquanto, simultaneamente, uma acuidade perceptiva infalível, aliada à hypermnesia, observa meticulosamente os maltratos cruéis dados a um conglomerado de pele e ossos, cuja palavra que o designa já não mais corresponde à coisa, ao envelope sensível. O preço deste abandono corporal, invenção vital e compulsória, é avassalador; a reconciliação corpo/psiquismo exige medidas imemoriais, confiança integral, riscos absolutos, arquiteturas impensáveis, musicalidade inaudita – e o livro de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes nos envia a estas e a outras ousadias.

Nos relatos recolhidos de atrocidades, duas passagens empurram para a frente da cena um aspecto jamais considerado: o corpo dos torturadores. Penso num garoto martirizado pelo pai, chorando no quarto da dor de pancadas e da tristeza de ser só, que tinha o sofrimento ampliado ao ouvir, na sala, o riso dos pais com os convidados: a desarmonia bestial entre seu suplício e a vida corriqueira dos assassinos que continuava levemente no cômodo contíguo lhe permitia intuir a travessia de uma situação gerada por dementes. Ensino da criança que se indaga: como pode um corpo se mover, ter sensações agradáveis, ou coceiras na orelha, enquanto o seu se afoga no padecimento? Esta indagação, que junta massacre narcísico com inquietante estranheza, e mistura humilhação, abatimento, ódio, inveja e rejeição, pode nos ajudar no acesso a este lugar maldito onde corpos humanos martirizam outros corpos. Situações alucinantes, cujo inventário das criações psíquicas é infundável: o garoto supliciado sentia

vergonha *pelo* pai, da mesma forma que alguém submetido à tortura sente, no lugar do torturador, vergonha de ser humano – o que dificulta consideravelmente sua posterior reintegração à vida. Miguel Angel Estrella, pianista argentino, detido na prisão de *Libertad* – por vezes a realidade faz humor negro – responde ao militar que lhe promete quebrar os dez dedos: *Sou pianista e a música é minha paixão. Se você quebra meus dedos nunca mais poderei tocar piano. Ficarei muito triste por você*⁴.

Primeira passagem:

“Além dos choques, imobilizado – e sempre despido – na cadeira, fui submetido a vários espancamentos e telefones nas orelhas; em diversos momentos daquela sessão o Marinheiro (alcunha do torturador) sentou-se em uma cadeira frente a frente comigo, colocando seu pé calçado sobre meu pênis e testículos que pressionava – como se operasse um acelerador de automóvel, à medida que me interrogava. Ao mesmo tempo, deslocava sua dentadura dupla (postiça) com a língua para fora, encaixando-a em seguida através de sucção”⁵.

– Fazer careta é ternura entre moleques, hora de recreio, artimanha de adulto para desviar atenção de guri fazendo travessuras, recurso que transforma em paina o ocasional chumbo da existência. Mas nesta geografia de desgraça e aflição, fazer caretas é engolir num vômito os tempos da brincadeira e dos gracejos, é proclamar a inutilidade de qualquer ilusão ou esperança – parentes da infância, é transformar a face do rosto numa máscara hedionda e viva, máscara movente de contrações musculares grotescamente monstruosas. É balançar, no meio da luta para guardar segredos, manter dignidade e resistir fisicamente diante do horror bem atual da tortura, balançar as quimeras apavorantes depositadas na alma por babás malvadas ou mães cansadas ... Dentadura que sai, dentadura que entra: jogar de esconde-esconde com o corpo do papão, do demo, do ogro que gosta de carne humana, com o corpo do preto veio, com o da feiticeira que leva menino na alta madrugada. Dentadura que sai e dentadura

4 Comunicação pessoal. Num outro texto, apresentei como Miguel Angel Estrella utilizou uma defesa alucinatória para suportar os horrores do cárcere. Cf. meu livro *Cartas a uma jovem psicanalista*, Perspectiva, 2001, p. 225 e 226.

5 Relato de Alípio Raymundo Vianna Freire, in *Tortura*, op. cit., p. 195.

que entra: jogar de esconde-esconde com o corpo da morte. Todo este redemoinho de confusão, e algo mais – que a segunda passagem revela.

Segunda passagem:

“O mais perverso neste método de tortura coletiva era o fato de os torturadores transferirem para nossas mãos o poder de sevícia, vida e morte sobre os demais companheiros: uma chantagem que consistia em interrogar um de nós enquanto o(s) outro(s) era(m) supliciado(s). Caso o que estava sendo torturado morresse, os culpados seriam os outros dois, por não haverem falado – conforme repetiam insistentemente os Guimarães⁶. Embora tenhamos sido conduzidos com máscaras de napa até a sala de torturas, durante esta sessão fomos supliciados (nus), sem máscara ou capuz: não bastava sentirmos o que nos acontecia, era preciso assistir de perto, vermos claramente o que faziam com nossos camaradas.

Depois de muitas horas, a sessão foi interrompida bruscamente por um Guimarães que entrou aos berros e acompanhado de um auxiliar, mandando parar com aquilo. Durante alguns minutos (que pareciam horas) instalou-se uma situação patética: todos os Guimarães abandonaram a sala e ficamos sozinhos nas posições que estávamos sendo torturados – Misael continuou pendurado no pau de arara, enquanto Takaoka e eu permanecíamos amarrados nas cadeiras, sentados com o tórax encostado no espaldar e os pulsos atados por cordas aos tornozelos. Foi nesta posição que momentos antes haviam feito sulcos na minhas costas, com um bastão de metal muito fino e pontiagudo, e em seguida esfregado uma estopa com alguma substância cáustica sobre os arranhões, provocando um inchaço que durou algumas semanas. Agora, os Guimarães haviam desaparecido e nós estávamos ali congelados nas posições anteriores.

A cena só se reanimou quando Misael foi retirado do pau de arara e conduzido para o salão onde deixáramos as roupas. Ali – descobriria mais tarde – cada um de nós deveria prestar um depoimento. O fato é que a espera foi longa – ou assim pareceu. O segundo a ser levado foi Takaoka.

Permaneci sozinho na sala de torturas, até que entraram dois Guimarães. Um, relativamente baixo,

moreno, barba cerrada e malfeita, entroncado, ventre proeminente, de pronunciada calvície, trajando calça jeans e camiseta de Jersey azul-marinho. Aparentava uns quarenta anos e tinha um olhar de roedor. O outro descendia de orientais (provavelmente de japoneses). Embora não fosse alto, era um tipo longilíneo, de pele muito clara e pálida, imberbe, cabelos e olhos negros. Trajava-se todo de preto, botas de verniz, de cano curto (“botinhas”), bico fino e salto “carrapeta”; calça de veludo cotelê; camisa de gola olímpica, e uma jaqueta de couro curto. Parecia muito jovem, por volta de vinte anos. Desamarraram-me sem estardalhaço, fizeram-me sentar em posição normal na mesma cadeira, amarrando-me em seguida os pulsos para trás –, e cada um dos tornozelos na lateral de cada perna da frente da cadeira, de modo que permanecesse de pernas abertas, com pênis e testículos expostos. Amordaçaram-me com uma tira estreita de pano. Depois, puseram-se de frente para mim. Sorriam estranhamente. Foi quando o moreno passou o braço sobre os ombros do oriental, trazendo-o para junto de si, arrastando-o delicadamente até onde eu estava e fazendo-o tocar meu pênis. Abraçavam-se, beijavam-se e se esfregavam com alguma volúpia. Comecei a gritar guturalmente e a espernear (apesar das pernas amarradas), até que veio um terceiro Guimarães que, aos gritos, mandou que eles parassem, que a sessão de tortura já havia terminado, retirando-os da sala e desamarrando minha mordaza. [...]

Por fim, chegou minha vez de ser levado para o salão⁷.

Este testemunho extraordinário desvenda a dimensão do prazer libidinal que acompanha a pulsão de crueldade. Porque o registro prazeroso é figurado, irrompe na cena do horror a sexualidade daquele que tortura. Os policiais e militares deixam de ser simples agentes da repressão, representantes do inimigo político, e se tornam pessoas desejosas. E, então, a eternidade se transforma em infinito, o tempo ganha

6 “Os torturadores que pertenciam ao séquito do major Beltrão (major Inocêncio Fabrício de Mattos Beltrão), entre civis e militares, usavam um único codinome, sob o qual escondiam sua verdadeira identidade. Chamavam uns aos outros de Guimarães”. *Tortura, op. cit.*, p. 181-182.

7 Relato de Alípio Raymundo Viana Freire, *Tortura, op. cit.*, p. 188-190.

verbos, passado presente futuro, a imaginação desbota o real e o possível existe: o prazer do outro. Não se trata mais, *apenas (sic)* de resistir à dor impossível e intolerável; a dor deixou de ser somente minha, agora ela é, *também*, o desejo do outro, do outro que goza de meu martírio – sou seu parceiro sexual. É o único trecho dos relatos publicados onde é mencionado *um grito de pavor*.

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes escreve, relacionando os ensaios “O mal-estar na cultura” e “Totem e tabu”:

“pode-se dizer que a análise do social de Freud sobre a cultura, que começou com o pai, termina com a análise do social já em pleno funcionamento. Entre os sentimentos que percorreram uma e outra análise, a culpabilidade, decorrente da ambivalência frente à agressividade explodida, confere à psicanálise um papel histórico incontestável” (p. 75).

Seu livro se inscreve na continuidade desta exigência.

Também fruto deste rigor foi o *Encontro latino-americano de psicanálise* que realizei em 1988, em Paris, reunindo psicanalistas argentinos, brasileiros e uruguaios que continuaram a clinicar durante as ditaduras militares. Do Brasil, entre outros, foram convidados Hélio Pellegrino e Jurandir Freire Costa. Minha preocupação era recolher, o mais rápido possível, as teorias por eles forjadas durante este período, antes do trabalho do recalçamento. O *Encontro* recebeu o apoio solidário da Sra. Daniele Mitterrand, cuja Fundação arcou com os gastos. Trabalhamos durante uma semana na *Casa da América Latina* onde a diretora, Elisabeth Burgos, colocara à nossa disposição um estúdio de gravação onde as reuniões foram feitas. As comunicações foram distribuídas com seis meses de antecedência, e os discutidores foram os psicanalistas franceses que acolhiam o fato psicótico – Piera Aulagnier, Françoise Dolto, Nathalie Zaltzman, Monique Schneider, Pierre Delaunay, Michel Guibal,

Philippe Refabert, Radmila Zigouris, entre outros, como o historiador Marco Aurélio Garcia e o antropólogo Luis Fernando Duarte. Os convidados (éramos apenas sessenta participantes) eram psicanalistas engajados numa reflexão sobre os recortes entre psicanálise e política, ou exilados políticos – alguns, como Marcelo Viñar, citado por Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, que tinham conhecido o terror da tortura. O livro deste *Encontro*, com as comunicações e a integralidade dos debates, foi publicado em 1988 com o título *Le psychanalyste sous la terreur*, *O psicanalista sob o terror*, ainda inédito no Brasil⁸. Como veremos, ele conversa com aquele sobre o qual aqui refletimos.

Gilou Garcia Reinoso, psicanalista argentina que participou deste *Encontro*, e que foi, juntamente com seu marido, uma das responsáveis da antena de apoio das Mães da Praça de Maio, as chamadas *Loucas*, se indagava se não existem teorias que são mais compatíveis do que outras com o totalitarismo. Ela se interrogava sobre as relações entre uma teoria fechada sobre si mesma e a cumplicidade com os regimes de terror. E ela constatava o grande desenvolvimento na Argentina, durante os anos do terror de estado, das teorias analíticas fechadas sobre elas mesmas.

Diego Garcia Reinoso, seu marido, disse, durante o *Encontro*, que nas situações de terror encontramos *sempre* um silêncio que vem anular o trauma, um silêncio que vem emudecer o trauma, silêncio íntimo, incluso no tecido psíquico.

Nestas condições, defender a hipótese do inconsciente era, evidentemente um ato político. Defender a hipótese do inconsciente era sustentar a possibilidade de nomear o que *deve* permanecer no silêncio, fora da linguagem, excluído da palavra, proibido de ser pensado. Defender a hipótese do inconsciente era apostar na criação de novas ferramentas para extrair do mutismo aquilo que ali deveria ficar sepultado, era sustentar o risco de criações de novas formas capazes de acolher tais achados. – Donde a importância inestimável de um livro como o de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes.

⁸ *Le psychanalyste sous la terreur*, Paris, Éditions Matrice-Rocinante, 1988.

Gilou Garcia Reinoso demonstrou que o domínio pelo terror visa a *matar a morte*, a tirar da vida seu limite e sua consistência, limite e consistência que nos são dados, precisamente, graças ao reconhecimento da morte, reconhecimento que funda nossa humanidade, reconhecimento que nos faz humanos.

Para sua demonstração, Gilou evoca esta invenção macabra, mencionada por Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes: o desaparecimento das pessoas. Tradução da fala de Gilou Garcia Reinoso:

No meu país, o poder tem características de poder absoluto, ele é responsável de tudo, se ocupa de tudo, responde a todas as perguntas, vela a que todo mundo esteja em seu lugar e que desapareça aquele que não está, ou que ameaça ter qualquer vínculo com algo que não esteja exatamente no seu lugar designado. Ou seja, devem desaparecer todas as possibilidades reais ou potenciais de um deslocamento que não seja decidido pelo poder. O desaparecimento de pessoas é um procedimento terrível. Como isto se passa no cotidiano? Como isto se passa no nível dos cidadãos, dos sujeitos, naquele momento na Argentina? Todos os dias alguém desaparece. O que significa isto, que alguém desaparece? Isto quer dizer que na casa de meu vizinho, ou na casa de meu aluno, ou na casa de meu pai, ou na casa de qualquer pessoa ao lado, de repente acontece o que se chama um “operativo”, ou seja, uma operação de polícia ou do exército que desembarca num grande desdobramento de forças. O bairro todo vê isto. Isto se passa geralmente de noite, mas é muito ostensivo: alguém é raptado, a casa é vasculhada, o espaço saqueado, quer dizer, qualquer objeto de valor é roubado. As pessoas são levadas, não se sabe para onde, não se sabe quem levou. Frequentemente não é a polícia, ou o exército, que fazem a intervenção, mas gente sem uniforme e em carros que não têm placas. E, a partir deste momento, mais nada. Então algumas pessoas começam a procurar. É muito perigoso, quem procura se autodenuncia. No final de algum tempo, se recebe um telefonema e uma voz diz: “o melhor que você tem a fazer é chutar tudo e partir, senão vai te acontecer a mesma coisa”. Não se sabe quem fala, nada

se sabe de tudo isto. É claro, existem os advogados, que fazem requerimentos, entram com habeas-corpus. Os advogados denunciam os desaparecimentos, mas os advogados desaparecem também. Um número enorme de advogados desapareceu desta maneira. As denúncias ficam nas mãos da justiça mas não levam a nada. [...] Estas situações-limite concernem a todo mundo. [...] Aqui na Europa, houve um enorme silêncio sobre o que se passou nos campos de concentração ... Eu não tenho a impressão de evocar algo de específico à América Latina, mesmo se ela possui, evidentemente, suas particularidades⁹.

A existência destes seres nem mortos nem vivos, desaparecidos, irá contaminar o conjunto do corpo social. Os cidadãos, que podem de um momento para outro desaparecer, se transformam em zumbis, entre a vida e a morte. Não mais se morre, se desaparece. Fazer desaparecer os homens, depois fazer desaparecer o desaparecimento: eis como se fabrica o silêncio.

A ordem reina, podemos ser felizes. Os projetos atuais sobre a loucura a partir de uma definição normativa, positiva, da saúde mental procedem da mesma ambição, da mesma preocupação: erradicar o que não é conforme à norma erigida em critério de normalidade. Evidentemente, como lembram Gilou Garcia Reinoso e Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, tudo isto remete à exterminação dos judeus e ciganos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. E Pierre Dardot e Christian Laval nos fizeram a demonstração do vínculo entre esta definição normativa e o neoliberalismo no qual se banha o mundo atual¹⁰.

Por este conjunto de razões, é impossível recusar a psicanálise e os métodos que dela se inspiram. Não porque a psicanálise seria um sistema explicativo de todo este horror, o que, evidentemente, ela não é, mas porque a psicanálise é o único campo de prática do pensamento capaz de

⁹ Gilou Garcia Reinoso, in *Le psychanalyste sous la terreur*, op. cit., p. 188.

¹⁰ Pierre Dardot; Christian Laval, *La nouvelle raison du monde*, Paris, La Découverte, 2009.

nos fornecer as ferramentas para nomear o inominável, capaz de fazer da impossibilidade de pensar uma vereda que leva ao pensamento. A psicanálise é a única prática de pensamento que pode detectar nas repetições os estigmas do silêncio que o horror instala, que pode perfurar este silêncio e, sobretudo, interessar a seu sentido e a sua história – com e sem maiúscula.

A *Clínica Social de Psicanálise*, fundada por Hélio Pellegrino, numa favela do Rio de Janeiro, se opunha ao assassinato da morte. (Michel Foucault considerava esta experiência o acontecimento antropológico mais importante do século vinte.) A *Clínica Social* recusava a exclusão de uma parcela da população carioca como um conjunto humano desprezível. Instalar no meio de uma população pobre e miserável uma clínica de psicanálise era afirmar que a angústia podia ser posta ao serviço da mudança social e, sobretudo, que a pobreza não impede a existência da angústia, nem o grande sofrimento psíquico. Em outros termos, que os habitantes da favela pertencem plenamente à espécie humana.

As *Mães da Praça de Maio*, como *A Clínica Social de Psicanálise*, são exemplos da criação, graças à psicanálise, de um praticável político, de uma nova forma, para acolher o inusitado. Cito, novamente Gilou Garcia Reinoso:

Falemos deste fenômeno original que é o fenômeno das Mães da Praça de Maio. O que eram As Mães da Praça de Maio? Elas eram chamadas as loucas, e eu penso que, num certo sentido, isto é bem verídico. Era louco que sete mulheres, a um momento dado, em 1977, logo após a instalação do terror, se apresentem na sede do governo e façam a pergunta “onde estão nossos filhos?” Era louco porque até então ninguém ousara fazer esta pergunta diretamente; se utilizavam mediadores, se passava pela justiça, que aliás não existia, se fingia acreditar nela, mas as Mães vão diretamente ao governo e perguntam: “onde estão nossos filhos?” Elas vão uma vez. Mas são loucas, não se deve dar atenção! Elas continuam a ir. Voltam. E outras se juntam a elas, e elas passam a ser numerosas. Um dia lhes colocam um revólver no peito e dizem: Senhoras, circulem. E elas começam a circular,

e elas circulam diante da sede do governo, em volta da Pirâmide de Maio, símbolo da independência do país. A partir daquele dia, todas as quintas-feiras, à mesma hora, havia um desfile: primeiro as mulheres, depois mulheres e homens. Elas estão na cabeça do desfile, e elas têm na testa um lenço branco onde, minuscilamente, nem é legível mas está escrito, há um nome e uma data. Então elas começam a circular todas as quintas às três horas da tarde, e elas circulam durante anos. É curioso, mas esta circulação as faz atravessar fronteiras, quebrar o espaço saturado, este espaço é fendido. Se escava um buraco neste lugar absolutamente pleno. Esta circulação que, aparentemente, não sai do lugar faz circular o tempo. Eu não estou dizendo que foram as Mães que derrubaram o governo. O que quero dizer é que, mais além da pergunta que fazem, das palavras que dizem, o fato de se apresentarem como o significante da ausência é fundamental.

Porque é a possibilidade, a demonstração concreta, de que o poder não é absoluto. Ele cessa de ser absoluto a partir daquele momento. As Mães oferecem à população, através de sua insistência, o retorno à ordem simbólica, a possibilidade de simbolizar, e, eu penso, isto teve um efeito de interpretação para quem a queria entender [...]

O que se passou com a população? [...] Uma oferta foi feita pelo governo – que talvez seja a oferta de todos os governos totalitários – de se identificar ao poder todo-poderoso. Esta oferta é fácil de ser aceita pelo sujeito, posto que ele também é feito desta matéria. Ele está exposto, portanto, a responder às propostas de onipotência. [...] Se identificar a esta proposta é ser imaginariamente todo-poderoso e escapar, assim, à desgraça e ao reconhecimento de tudo o que se passa quando contribuimos à permanência desta ordem absoluta, destruidora e terrível. Mas As Mães produziram uma abertura, abertura que elas garantiram, protegeram. [...] Dizem que elas exigem o impossível; é verdade. Exigem: já que nos raptaram vivos é imperativo que eles reapareçam vivos. Isto parece completamente absurdo, mas não é. Existe todo um percurso apagado. Um percurso entre o vivo e o quê? Nada. Um vazio que deve ser preenchido na ordem jurídica, na dimensão da palavra, e enquanto isto não for feito, haverá alguém que continuará a reclamar, a exigir. [...]

Por que as mães, por que as mulheres? É um ponto muito importante [...] E Gilou Garcia Reinoso interroga: “Se o advento do Nome do Pai pertence a um processo, se a metáfora paterna é necessária à constituição de um sujeito vivo, o que se passa quando o pai é um assassino?”¹¹

Na época, a demissão dos psicanalistas, seu silêncio, o não engajamento, foram coerentes com posições teóricas que defendem: não é possível uma prática psicanalítica dentro dos hospitais, não há psicanálise possível com os psicóticos, aliás, refletindo bem, a psicanálise com crianças não é psicanálise.

Este fechamento da clínica nos consultórios pode ter consequências terríveis para a cidadania. Na América Latina, em nome da teoria, os psicanalistas foram contra *As Avós da Praça de Maio*, que tudo fizeram para reencontrar seus netos, às vezes adotados pelos torturadores que haviam torturado seus pais e assassinado suas mães após o parto. Eles diziam, estes psicanalistas, que seria traumático para estas crianças felizes, inevitavelmente felizes em suas novas famílias, saber que seu papai era, por exemplo, o assassino de sua mãe de nascença.

Questionada por Gilou Garcia Reinoso, Françoise Dolto disse:

Você coloca perguntas que ultrapassam de muito as situações que abordo. Mas penso que, se nada é dito, nos filhos destes filhos (ou seja, nos netos dos militantes mortos e desaparecidos) haverá, com certeza a produção de assassinatos. Por quê? Porque no registro do inconsciente existe uma relação à verdade que não é simbolizada¹².

Estes psicanalistas também foram contra *As Mães da Praça de Maio*, e não defenderam Hélio Pellegrino. Estes psicanalistas, por vezes, denunciaram os colegas que cuidavam dos militantes da luta armada, que para eles eram terroristas. E os colegas desapareciam – ou seja, eram assassinados pelo poder militar. Juan Carlos Plá, psicanalista e poeta uruguaio exilado no México, fala de *canalhice psicanalítica*¹³. É um termo violento. E

justo. Para nós, latino-americanos que vivemos sob ditaduras, esta palavra não é um insulto. Ela nomeia uma situação de fato. E os fatos merecem o respeito que exigem.

Tudo isto dá nojo, engendra indignação e revolta.

Os livros *O psicanalista sob o terror e Tortura* colocam, vigorosamente e na continuidade de Freud, questões sobre o engajamento político do psicanalista, e sobre a função política da psicanálise.

A psicanálise é o encontro com o inédito. Este é um *parti pris* teórico-clínico. Tal escolha toma ao pé da letra o que diz Freud em “Dinâmica da transferência”: o analista é na vida do paciente *uma nova esperança libidinal*. Ou seja: o que é o mais importante na experiência transferencial não é aquilo que se repete, mas aquilo que se vive pela primeira vez. Experiência do nunca antes vivido, do jamais nomeado.

Esta concepção solidariza a fertilidade afetiva da transferência com o que Freud chama o trabalho de construção do pensamento. Ela faz do psicanalista um *metaforizador*. Ele haverá de criar metáforas que autorizaram a passagem do particular ao universal, do trauma ao proibido, da confusão de línguas e dos tempos à separação dos espaços psíquicos.

No trabalho com traumatizados e psicóticos, o psicanalista sempre propõe um mito sobre as origens – e é falso afirmar que o mito proposto será invariavelmente o mesmo. Na psicose se trata de curtos-circuitos intergeracionais. Estes curtos-circuitos constituem em si uma *cultura*

11 Gilou Garcia Reinoso, in *Le psychanalyste sous la terreur*, op. cit., p. 189-191.

12 In *Le psychanalyste sous la terreur*, op. cit., p. 222-223.

13 Fala de Juan Carlos Plá: “Um dos problemas éticos contemporâneos muito graves decorre do desabamento simultâneo da crença e da verdade; de uma certa maneira, ninguém espera nada de ninguém. Aqueles que apagam da ordem simbólica os desaparecidos não acreditam na mentira que eles enunciam. Não sei se é pessimismo, mas penso que a população que aceita esta mentira em silêncio tampouco acredita. Este desabamento conjunto da crença e da verdade interroga certamente nossas práticas psicanalíticas. Na maior parte dos casos se resolve o problema pelo charlatanismo teórico ou outros tipos de canalhice.” in *Le psychanalyste sous la terreur*, op. cit., p. 273.

autônoma fechada sobre ela mesma, com seus valores, seus códigos e suas proibições – particulares – que funcionam para todo o grupo familiar como universais; é a alienação psíquica.

Cuidar de um sujeito psicótico é lhe permitir se livrar do ódio dos mortos que o atravancam, de sepultar os cadáveres que o impedem de ter um corpo próprio – sem o que não há diferença entre o espaço da vida e o espaço da morte, e é esta indistinção que caracteriza a loucura. A relação ao psicanalista será a experiência a partir da qual uma via de saída do enclausuramento nos curtos-circuitos inter-geracionais poderá ser percorrida sem que o sujeito ressinta culpa de estar vivo.

O que nos ensina a experiência da psicanálise sob os poderes totalitários e assassinos na América Latina é que a clínica do trauma e o trabalho da transferência com os psicóticos são uma prática da cidadania que favorece o engajamento político. Com efeito, uma clínica cujo sustentáculo consiste no separar a vida do mortífero, os mortos dos vivos, nos obriga a conhecer, ou a inventar, as passagens permitindo aos mortos de ir – ou voltar – ao mundo dos mortos; nos obriga a conhecer, ou a inventar, as leis que permitem aos mortos de se organizar, de ficar entre eles, e aos vivos de não enciumar a paz dos defuntos nem de suportar suas imposições devastadoras. Separar o mortífero do vivo a fim de dar, ou assegurar, à morte seu justo lugar – imenso, mas circunscrito – faz de todo psicanalista um etnólogo dos antepassados, um arqueólogo da república destes mortos particulares cujos vestígios, quando não são as múmias, entulham o psiquismo do sujeito – desesperado – que nos pede ajuda. Não considerar este aspecto das coisas é nada conhecer da psicanálise (releiamos Freud!). A prática de pensamento que é a psicanálise torna familiar a vida viva, é um antídoto às indiferenças rancorosas forjadas pelo ódio de tudo o que é jovem, emergente, inesperado, contrário à norma e ao conforto dos saberes estabelecidos e imbecis.

Todas estas considerações éticas são urgências atuais, em qualquer parte do mundo onde a psicanálise é exercida. Por quê?

Porque houve uma guerra e a psicanálise, momentaneamente, perdeu. Ela foi vencida pela aliança grotesca entre o *business psicanalítico*, a psiquiatria biologizante, o comportamentalismo, a análise sistêmica, as neurociências e todas as terapias breves. Esta guerra tem como objetivo excluir o inconsciente do campo do pensamento, de se premunir contra a eficácia e a fecundidade de seu escândalo.

Houve uma guerra e a psicanálise, momentaneamente, perdeu. Evidentemente os primeiros responsáveis são os próprios psicanalistas. Poltronas silenciosas deixaram os residentes em psiquiatria e os jovens psicólogos num grande desamparo psíquico. Face à psicose, eles se encontram sem recursos, sem meios para inventar uma abordagem relacional com a loucura, porque não tiveram nenhuma relação com seus analistas, analistas que não tinham nenhuma experiência da clínica psicanalítica, muito menos da psicose.

Enquanto isto, as associações de psicanalistas se preocupavam, sobretudo, de ter um grande número de aderentes, na França e no mundo, para fazer viajar a teoria que tinha virado religião e seus oráculos – na verdade, de preferência, eram os oráculos que viajavam. Era, e é ainda, o *business analítico*, menos suculento hoje do que nos anos 1980. Outras associações, verdadeiramente preocupadas com a formação de psicanalistas, nada fizeram contra este estado das coisas. Por um lado, elas haviam considerado este movimento como uma *moda* que se esvaneceria como a maioria das modas – os aristocratas não se ocupam dos reles fenômenos do baixo mundo. Além do que, é sabido, aristocrata não faz política, a obra de Freud é um patrimônio que não tem nenhuma necessidade de ser defendida ou reinventada, como a realeza ou o Himalaia. Este erro de apreciação, que tem uma longa história, nas circunstâncias, mais uma vez, foi fatal.

Houve uma guerra e a psicanálise, momentaneamente, perdeu. Não será minha geração que verá uma modificação de tendência. Os da minha idade serão resistentes, defenderão o campo asediado esperando que os reforços cheguem, ou

seja: os jovens. Daqui até lá, nós seremos intratáveis, nenhuma aliança é possível com os inimigos do pensamento; e devemos tratá-los como tal, como inimigos perigosos da psicanálise e da cidadania – e transmitir, transmitir e transmitir a teoria da cura que aprendemos com os mais intrépidos clínicos da comunidade.

Houve uma guerra e a psicanálise, momentaneamente, perdeu. Mas existiram lutas, por vezes terríveis, nas quais a psicanálise e a humanidade foram vitoriosas. Nós devemos nos apropriar destas vitórias e transmiti-las àqueles que, corajosa e apaixonadamente, já se apropriam da exigência de pensamento e de verdade, condição mínima para o exercício desta prática.

Claro que não se tratava, nem para os Reinoso, nem para Pellegrino, como não se trata para Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, de defender a ideia de uma psicanálise política, o que seria uma estupidez. Para parafrasear Jean-Luc Godard, não se trata de fazer uma psicanálise política, mas de fazer politicamente a psicanálise. E de elaborar também, como Freud nunca deixou de fazer, uma política para a psicanálise. Mais do que nunca é preciso

fazer politicamente psicanálise e se preocupar com uma política para a psicanálise. – Durante o *Encontro latino-americano de psicanálise*, um destes psicanalistas *apolíticos* manifestou a Diego Garcia Reinoso seu espanto e constrangimento ao constatar que nada era dito sobre o psiquismo do torturador. Resposta fulminante: “Hoje em dia, na Argentina, pensar a realidade psíquica do torturador serve ao torturador e não à psicanálise”¹⁴.

Se a importância do inconsciente tivesse sido levada em conta pelos políticos, a quem cabia pensar os efeitos na instituição da cultura do governo de Vichy, ou da guerra da Argélia, a França não depararia hoje com o sucesso eleitoral do partido fascista de Jean-Marie Le Pen. Onde a importância do trabalho politicamente psicanalítico ao qual nos convoca o livro de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes.

O livro de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes enfrenta todas estas questões penosas e essenciais, à sua maneira – tranquila e forte: a dor, a morte e a vida dadas generosamente, de roldão. Comer o futuro com apetite de vampiro e sapatos pintados de azul.

Com nossa gratidão,
Respeitosamente,

Heitor O’Dwyer de Macedo

¹⁴ in *Le psychanalyste sous la terreur*, op. cit., p. 204 e contracapa do livro. Sobre a tortura como método de estado, cf. o filme de Marie-Monique Robin *Les escadrons de la mort*, *Os Esquadrões da Morte*, 2003. Disponível em DVD.